

A problemática da formação e caráter da revolução brasileira

O pensamento brasileiro polariza-se em torno do problema central de sua formação econômica e social: a necessidade de consolidar as condições objetivas e subjetivas que permitam à sociedade controlar o seu destino. A questão implica tanto a promoção do desenvolvimento das forças produtivas como sua subordinação aos desígnios da coletividade. Daí a importância central que assume o processo histórico de constituição das bases econômicas, sociais, políticas e culturais de um Estado nacional capaz de compatibilizar, dentro dos limites possíveis de um regime burguês, capitalismo, democracia e soberania nacional. Dando destaque ao caráter contraditório das tendências “integradoras” e “desagregadoras” engendradas pelo movimento histórico, em *A idéia de Brasil moderno*, Octávio Ianni, esclarece o problema da formação nacional enfatizando a importância da integração social e regional:

“A questão nacional é um tema constante no pensamento brasileiro. Diz respeito a como se cria e recria a nação, em cada época, conjuntura ou ocasião”.¹

(...)

“É verdade que o Brasil está simbolizado na língua, hino, bandeira, moeda, mercado, Constituição, história, santos, heróis, monumentos, ruínas. Há momentos em que o país parece uma nação compreendida como um todo em movimento e transformação. Mas são frequentes as conjunturas em que se revelam as disparidades inerentes às diversidades dos estados e regiões, dos grupos raciais e classes sociais. Acontece que as forças de dispersão freqüentemente se impõem àquelas que atuam no sentido da integração. As mesmas forças que predominam no âmbito do Estado, conferindo-lhe a capacidade de controlar, acomodar e dinamizar, reiteram continuamente as desigualdades e os desencontros que promovem a desarticulação”.²

A dificuldade enfrentada pela sociedade brasileira para assumir as rédeas de seu destino é determinada pelas contradições geradas pela sua posição dependente na complexa teia de relações de produção e correspondentes relações mercantis, políticas e culturais que abrangem o mundo capitalista na

¹ IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 8. Para um apanhado do pensamento brasileiro, ver também: MOTA, C.G. *Ideologia da Cultura Brasileira*, Ática, São Paulo, 1977; MORAES, R., ANTUNES, R. FERRANTE, V.B., (orgs.), *Inteligência Brasileira*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

² IANNI, O. *A idéia...*, 1992, p. 177-178.

sua totalidade. Sociedade de origem colonial, que permaneceu no elo fraco do sistema, sem romper a dupla articulação que a ata ao circuito de ferro da dependência, o Brasil é uma formação econômica e social que ainda não sedimentou seu processo de gênese como totalidade auto-referida que gravita em órbita própria. Exposta à exploração econômica e dominação política do imperialismo, o país não consegue submeter os fins e os meios do desenvolvimento aos desígnios de uma vontade política que, de alguma maneira, contemple os interesses do conjunto dos nacionais. Enquanto o processo de autonomização não se completa, o avanço do processo de modernização que caracteriza a civilização ocidental fica a reboque dos interesses do capital internacional e da burguesia brasileira a ele associado, deixando grandes contingentes da população à margem dos benefícios mais elementares do progresso. A questão central reside na continuidade de relações de produção que comprometem a instauração das condições necessárias, objetivas e subjetivas, para a internalização do circuito de valorização do capital. Em última instância, o problema fica reduzido à impossibilidade de consolidar a burguesia e o proletariado como sujeitos históricos plenamente constituídos. O controle dos elos estratégicos da economia pelo capital internacional e a presença de uma imensa superpopulação relativa em estado latente e intermitente ou que simplesmente se encontra em estado de pauperismo geram um vazio econômico e social que impede a internalização do circuito de valorização do capital. Nessas condições, a formação do proletariado e da burguesia como sujeitos históricos capazes de lutar pelos seus interesses estratégicos como classe social é solapada pela reprodução de um padrão de relação entre as classes sociais marcado pela segregação social e pela extraordinária debilidade econômica e política da burguesia em relação às suas congêneres do capitalismo avançado. A impotência da burguesia para enfrentar o imperialismo e a cristalização de um regime de classes que separa, em dois mundos antagônicos, as classes proprietárias e não proprietárias levam o padrão de concorrência econômica e de luta de classes a reproduzir as condições objetivas e subjetivas que solapam a formação da economia e da sociedade nacional. As especificidades do padrão de acumulação de capital e de dominação de classe daí decorrentes imprimem ao desenvolvimento capitalista características próprias que comprometem seu caráter civilizatório. Destacando

a relação entre nação e povo, Ianni associa o bloqueio à integração à perpetuação de um verdadeiro estado de anomia entre as classes sociais:

“Os grupos raciais e as classes sociais não estão articulados de modo a se beneficiarem reciprocamente, formando um todo superior, no qual também se tornam superiores. Ao contrário, as suas relações recíprocas, diretas ou intermediadas pelo aparelho estatal, reiteram, recriam ou mesmo aprofundam as desigualdades”. (...) “Há forças sociais mais poderosas, empolgando boa parte dos meios disponíveis e fazendo com que a imagem de uma vasta desarticulação predomine sobre a hipótese da integração. Isto é, os grupos e classes raramente se expressam como povo, compreendido como uma coletividade de cidadãos. Ao contrário, o que subsiste é a imagem de uma coletividade de trabalhadores. Não parece uma nação o país em que a população ainda não se tornou povo”.³

A insistência no caráter inconcluso de um processo histórico que se arrasta no tempo, sem dar os saltos de qualidade que seriam necessários para o desfecho positivo do processo, é recorrente em todos os autores que tratam da problemática da formação. Não se trata de pensar o Estado nacional como um fim metafísico, idealizado e pressuposto, mas como um futuro possível inscrito no movimento histórico. Em “O impasse da ‘formação nacional’”, publicado em *Estados e moedas no desenvolvimento da nações*, resumi o meu entendimento da questão nacional nos seguintes termos:

“(...) o espaço nacional não passa de um instrumento para proteger a coletividade dos efeitos destrutivos das transformações que se irradiam desde o centro do sistema capitalista mundial e para planejar a internalização das estruturas e dos dinamismos da civilização ocidental de modo condizente tanto com o aumento progressivo do grau de autonomia e criatividade da sociedade, quanto com a elevação da riqueza e do bem-estar da totalidade do povo. Pensada como um centro de poder que condensa a vontade política da coletividade, a forma nacional é aqui - única e exclusivamente - um meio de as sociedades, que vivem sobredeterminadas pelo campo de força do sistema capitalista mundial, controlarem o seu tempo histórico. Trata-se, portanto, de um instrumento, historicamente determinado, que deveria ser ultrapassado por formas superiores de organização social e política, de alcance supra-nacional, assim que o contexto histórico mundial o permitisse. Isto é, assim que a ordem mundial deixasse de estar sob o domínio da lógica da concorrência intercapitalista e das rivalidades inter-estatais do imperialismo”.⁴

Enfim, a nação surge como produto de uma necessidade histórica. Sua formação é o resultado das forças sociais que se mobilizam para enfrentar os problemas

³ IANNI, O. *A idéia...*, 1992, p. 179-180.

⁴ SAMPAIO, JR., P. S. A. “O impasse da ‘formação nacional’”, In: FIORI, J.L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999, p. 417.

que decorrem da falta de instrumentos para impor parâmetros sociais ao desenvolvimento capitalista. Não se trata de um destino manifesto determinado metafisicamente. O processo de formação é um início, o marco zero de um ciclo histórico, que aponta para um devenir possível, que pode ou não se realizar. Ao discutir a importância estratégica da interpretação histórica para a compreensão da sociedade brasileira, Caio Prado Júnior esclarece a essência da problemática da formação:

“A História e sua expressão teórico-conceitual que é a Historiografia, constituem a principal ou pelo menos básica informação relativa ao comportamento coletivo do homem. Se isso é verdade no que se refere à História em geral, é assim particularmente e especialmente no caso de uma coletividade como a brasileira onde uma experiência tão recente e de tão curta duração não se decantou ainda em formas novas que possam ser direta e imediatamente apreendidas, compreendidas e interpretadas sem ser na perspectiva de suas origens e raízes do passado. Numa palavra, o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo que apresenta – inclusive estas suas formas institucionais modernas, mas ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade – ainda se acha intimamente entrelaçado com seu passado. E não pode por isso ser entendido senão na perspectiva e à luz desse passado”.⁵

O esforço do povo brasileiro para vencer os obstáculos que bloqueiam a consolidação do Brasil como sociedade nacional capaz de comandar seu destino requer mudanças estruturais de grande envergadura em todas as dimensões da vida: a econômica, a social, a política e a cultural. A necessidade histórica, que determina o sentido da história do Brasil, consubstancia-se, em consequência, na luta para superar os anacronismos, herdados do período colonial, responsáveis pela dupla articulação – a extrema desigualdade social e regional e a posição subalterna no sistema capitalista mundial. É a perpetuação da dupla articulação que bloqueia a formação das bases econômicas, sociais, políticas e culturais de um Estado nacional com autonomia suficiente para, dentro das possibilidades de seu contexto civilizatório, definir a direção, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O dinamismo do movimento é a reação contra o sentimento de profundo mal-estar gerado pela situação de pobreza, irracionalidade, corrupção e instabilidade que caracteriza a vida nacional. Na feliz formulação de Caio Prado Júnior, o processo histórico assume a forma de uma longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã.

⁵ PRADO, JR., C. *História e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1968, p. 17.

As contradições que impulsionam a luta de classes vinculam, assim, o processo de formação da nação à necessidade histórica da revolução brasileira. A colônia encontra-se no início do processo de formação do Brasil; a revolução brasileira, no seu desfecho, como solução positiva que supera o espectro da barbárie capitalista. Nessa perspectiva, o Brasil é visto como o produto de um movimento de diferenciação e autonomização que engendra uma nova nação – a brasileira - no seio do sistema capitalista mundial.

De maneira explícita ou implícita, o pensamento brasileiro discute as vias da revolução brasileira, isto é, os caminhos para resolver o problema da formação. De um ou de outro modo, os interpretes que refletiram sobre os desafios da formação a partir de uma perspectiva democrática associaram a constituição do Estado nacional à integração do conjunto da população, em condições de relativa igualdade, aos avanços técnicos e culturais da era moderna. Acima de suas diferenças teóricas, metodológicas e ideológicas, um denominador comum unifica essa perspectiva: a noção de que os problemas do conjunto da população não serão resolvidos sem transformações profundas que criem as bases de uma sociedade relativamente integrada e livre dos nexos de subordinação externa. Elaborado em contraposição à tradição oligárquica, que defende a Nação como um fim em si, o pensamento democrático vê a estruturação do Estado como um meio para submeter o avanço do progresso aos ditames do conjunto da coletividade. Na perspectiva do materialismo histórico, o problema consubstancia-se na necessidade de definir uma teoria da revolução. Em *A revolução brasileira*, Caio Prado Júnior equacionou a questão, ressaltando a necessidade de saltos qualitativos que libertassem a sociedade brasileira do peso asfíxiante de seu passado colonial:

“A revolução brasileira, (...), se constitui do complexo de transformações em curso ou potenciais, que dizem respeito à estrutura econômica, social e política do país, e que, contidas e reprimidas pela inércia natural de toda situação estabelecida, se desenrolam de maneira excessivamente lenta e não logram chegar a termo. Nem por isso deixam de estar presentes, e se revelam e fazem sentir através de perturbações que agitam a vida do país: desequilíbrios econômicos, desajustamentos e tensões sociais, conflitos políticos de maior ou menor gravidade e repercussão. Cabe precisamente à ação política revolucionária estimular e ativar aquelas transformações implícitas no processo histórico em curso e de que tais perturbações constituem o sintoma aparente e mais diretamente sensível. É a

programação das medidas necessárias ou favoráveis a esse fim que forma a teoria revolucionária”.⁶

A qualificação do sentido do movimento histórico como processo de formação tem implicações incontornáveis sobre a maneira de entender os problemas econômicos dos países de origem colonial em transição para utilizar a terminologia com que Caio Prado caracteriza a situação do Brasil. Tal conhecimento não se encontra nos “manuais de economia”, nem nos ortodoxos, nem nos heterodoxos, ainda que, nem por isso sua utilização seja inócua e inocente. Ao resolver a contradição entre a visão ideal e a realidade concreta pela exigência de um “ajuste” da realidade às determinações do modelo, eles cumprem a importante função ideológica de racionalizar o colonialismo cultural. Subordinando o elo fraco às necessidades do todo, os “manuais” sacralizam uma lógica adaptativa que acarreta o enquadramento do capitalismo dependente às exigências das potências imperialistas, reproduzindo assim os nexos externos e internos que bloqueiam a efetiva integração da sociedade nacional.

Por essas razões, o conhecimento da realidade econômica das economias em formação requer um esforço teórico próprio que leve em consideração as especificidades históricas de cada formação econômica e social. O problema central consiste em definir a relação muito particular entre desenvolvimento capitalista e formação de um sistema econômico nacional. O vital é identificar as contradições que bloqueiam o processo de formação. Nessa perspectiva, compartilhamos as preocupações de Caio Prado Jr. quando destaca a encruzilhada enfrentada pelos economistas que vivem na situação de dependência:

“Uma nova teoria econômica que leve em conta as circunstâncias específicas das economias subdesenvolvidas, a par das perspectivas que se abrem para sua evolução, considerará esses países não como participantes do sistema internacional do capitalismo, e sim do ângulo de sua libertação desse sistema e da estruturação neles de uma economia própria e nacional. Encontra-se assim a análise econômica nos países subdesenvolvidos, tanto quanto a ação política, frente a dois caminhos por onde se engajar e se propor numa teoria e numa prática. A decisão entre

⁶ . PRADO, JR. C. *A Revolução Brasileira*, 1966, p. 209.

esses dois caminhos [o convencional e o alternativo] pertence a fatores políticos e sai do terreno estrito da Economia”.⁷

A consolidação da revolução burguesa no Brasil como uma contrarrevolução permanente perpetuou a dupla articulação responsável pelos bloqueios à formação. A cristalização do regime burguês como um capitalismo dependente afastou definitivamente do horizonte a possibilidade de conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional. Na impossibilidade de levar a utopia de liberdade e justiça minimamente a sério, a revolução democrática foi bloqueada e a revolução nacional ficou reduzida ao mínimo necessário para evitar uma reversão neocolonial.⁸ Na impossibilidade de uma fusão entre povo e Nação, o regime burguês assumiu uma natureza “selvagem” e o Estado nacional, o caráter *sui generis* de um arremedo de Nação. O ciclo de constituição das bases materiais, sociais, institucionais e ideológicas do regime burguês terminou sem permitir que o Brasil ultrapassasse a condição de subnação. O núcleo do problema é que o Estado nacional não condensa os interesses vitais do conjunto da população. Funciona como uma democracia restrita cuja reprodução requer a perpetuação da dupla articulação responsável pelo caráter particularmente antisocial, antidemocrático e antinacional do capitalismo brasileiro. Pondo em evidência os antagonismos entre a natureza do regime burguês que corresponde ao capitalismo dependente e o processo de integração que constitui o amálgama de uma formação social autoreferida, Ianni destaca a natureza ultraelitista da sociedade nacional e suas implicações sobre o caráter do Estado nacional:

“O Brasil ainda não é propriamente uma nação. Pode ser um Estado nacional, no sentido de um aparelho estatal organizado, abrangente e forte,

⁷ PRADO, JR. C. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1957, p. 224.

⁸ A interpretação do Estado burguês no Brasil como um padrão de dominação que organiza o poder como uma contrarrevolução permanente é desenvolvida por Florestan Fernandes. Ver FERNANDES, F., *A Revolução burguesa no Brasil*. Para Florestan a volta do estado de direito não muda na essência o caráter do padrão de dominação, apenas institucionaliza a “democracia restrita”. Sua visão sobre a conjuntura dos anos 1980s até a sua morte em 1995 encontra-se condensada em seu livro *Nova República* (FERNANDES, F. *A Nova República*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986). A ausência de bases objetivas e subjetivas para o desenvolvimento nacional é insistentemente reiterada por Celso Furtado a partir da década de 1970s. Seus argumentos aparecem sistematizados em FURTADO, C. *Transformações e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; _____, *Criatividade e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; _____. *A nova dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; e _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. Para uma visão panorâmica sobre as interpretações sobre a revolução burguesa no Brasil ver IANNI, O, “O ciclo da revolução burguesa no Brasil”, In: Revista Temas, No. 10, 1981.

que acomoda, controla ou dinamiza tanto estados e regiões como grupos raciais e classes sociais. Mas as desigualdades entre as unidades administrativas e os segmentos sociais, que compõem a sociedade, são de tal monta que seria difícil dizer que o todo é uma expressão razoável das partes – se admitimos que o todo pode ser uma expressão na qual as partes também se realizam e desenvolvem”.⁹

A ausência de sustentáculos objetivos e subjetivos para combinar acumulação de capital, integração social e regional e autonomia nacional impediu que o desfecho da revolução burguesa resolvesse as contradições que impulsionam o movimento de formação. Como o processo de formação permanece inconcluso, as contradições que o impulsionam continuam fermentando nas entranhas da sociedade. Em consequência, a afirmação da sociedade nacional como uma totalidade relativamente autônoma continua latente como único meio de defender os nacionais de um desenvolvimento capitalista que combina de maneira particularmente perversa a expansão do progresso com o avanço da barbárie capitalista. Persiste, portanto, a necessidade histórica de mudanças estruturais que desatem a dupla articulação que reproduz o capitalismo dependente. Quando muitos ainda alimentavam ilusões em relação à possibilidade de civilizar o capitalismo brasileiro, Florestan Fernandes insistia na necessidade histórica da revolução brasileira e destacava seu conteúdo inequivocamente anticapitalista. Discutindo as responsabilidades dos cientistas sociais, ele define as tarefas da revolução e suas injunções:

“Não se trata, apenas, de concluir o processo de descolonização, interrompido com a implantação do Estado nacional e pelo capitalismo dependente, mas de libertar o Brasil tanto dos grilhões que pesam sobre o trabalho livre e semi-livre, no campo e na cidade, quanto de uma tirania secular, que sempre impediu e agora está impedindo mais do que nunca a organização da nação como uma comunidade nacional e o advento da democracia. A nova idéia de nação e de democracia exige, como ponto de partida, o controle do poder pela maioria e almeja, como ponto de chegada, a extinção de um ‘Estado de direito’ que sufoca a revolução nacional e impede a revolução democrática”.¹⁰

Em suma, como a história não pode ser indefinidamente congelada, pois o desenvolvimento capitalista provoca modificações espontâneas no regime de classes que acarretam transformações qualitativas na correlação de forças, por

⁹ IANNI, O. *A idéia...*, 1992, p. 177.

¹⁰ FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977, p. 247.

mais que se tente manter a história no circuito fechado da dependência e do subdesenvolvimento, as classes dominantes não podem evitar que a falta de vontade política para enfrentar as dificuldades envenene a sociedade, empurrando-a para um grave impasse histórico; e, mais ainda, elas não têm como evitar que o crescimento quantitativo e qualitativo da classe operária abra novos horizontes para o desenvolvimento - dois processos que se relacionam dialeticamente. Assim, o acúmulo de mudanças moleculares que ocorrem nas estruturas internas da sociedade impulsiona uma “revolução silenciosa” que brota, imperceptivelmente, das entranhas da sociedade, como uma força irresistível, que procura uma solução para o acúmulo de contradições legado pelos séculos precedentes. No momento em que reina grande ceticismo em relação à possibilidade objetiva de descongelar a história, não custa lembrar como Florestan Fernandes antevê os processos que impulsionam a “revolução silenciosa”:

“(…) o povo faz história com sua presença, a sua existência e as anomalias que ele representa, a sua aparente carência de vontade histórica exprime o inverso do que se toma por verdadeiro. Os que se movem no reino dos fantasmas gerados pelo grande medo, que se atribuem a vontade e o poder de moldar a ordem pelos interesses da iniciativa privada e os ‘valores da civilização’, de fato se paralisam e tentam em vão descolar a transformação das estruturas da alteração da conjuntura. Ao alcançar um patamar ‘maduro’ e ‘avançado’ de desenvolvimento, o regime de classes retira a massa dos excluídos do seu isolamento e converte os proletários em aríete que pulveriza as ilusões históricas dos poderosos. Assinala-se, assim, a precipitação de um processo revolucionário singular, que passa ignorado (...) do registro oficial. Há uma revolução silenciosa em marcha, um revolução ligada aos deslocamentos internos de milhões de miseráveis, que esfacelam pura e simplesmente a ordem existente (a qual não se move para absorvê-los – pois não tem como!), e ao clamor dos que se proletarizam (também aos milhões), vinculando entre si várias formas de população excedente, o exército ativo dos trabalhadores e o imenso, incontável, exército industrial de reserva. Uma história que parece sem bússola, mas que caminha rapidamente na direção de uma sociedade nova, como produção social dos oprimidos”.¹¹

Por isso, o próprio Florestan Fernandes não hesita em vaticinar a fatalidade da crise do padrão de dominação autocrático e a possibilidade de uma ruptura com o capitalismo dependente:

“No limite, (...), é possível prever-se sociologicamente que ‘a revolução burguesa frustrada’ não interrompe a história. Mesmo sob o capitalismo

¹¹ FERNANDES, F. *A Nova República...*, 1986, p. 82.

dependente, a integração nacional constitui um processo social revolucionário. Onde a dominação burguesa colide com ela, não só deixam de existir as bases políticas do desenvolvimento capitalista; o próprio capitalismo se condena a crises de extinção. Iniciada sob o impulso do capitalismo, a integração nacional continua por outros meios, segundo ritmos que se impõem pelas oscilações de seus dois pólos congênitos (democracia e desenvolvimento). Até o presente, pelo menos, essa é uma tendência que não parece ter sido neutralizada pela implantação de regimes de franca 'ditadura burguesa', pela internacionalização dos mercados e da produção capitalista ou por combinações conhecidas de ambas".¹²

¹² FERNANDES, F. *Em busca do socialismo*. São Paulo, Xamã, 1995, p. 130-131.